

Relatório de Actividades e Contas Referentes ao exercício de 2002

Maputo, 8 de Maio de 2002

1. Envolvente Económica e Financeira

Segundo as projecções oficiais, em 2002 o Produto Interno Bruto moçambicano cresceu cerca de 8%, o que equivale a uma desaceleração de 5.8 pontos percentuais em relação ao observado no ano anterior. No mesmo período a inflação sitou-se em 9.1% contra os 21.9% do ano anterior.

O comportamento da inflação teve um impacto directo no Mercado Monetário Interbancário, onde as taxas de juro nominais de quase todos os produtos transaccionados neste mercado observaram contínuas reduções, afectando a rentabilidade dos mesmos.

O mercado cambial foi caracterizado por uma acentuada estabilidade do Metical em relação ao dólar norte-americano, ao observar uma depreciação anual de 2.3%, contra os 36.3% registados em 2001. Contrariamente, em relação ao rand sul africano, a moeda nacional registou uma depreciação de 15.7%.

É dentro deste quadro económico e financeiro que a Cooperativa de Poupança e Crédito, srl, teve que delinear um plano funcional, com vista a capitalizar os resultados conseguidos ao longo dos últimos dois anos de funcionamento efectivo.

2. Recursos Humanos e Formação

Os recursos humanos são um dos principais factores concorrentes para a prossecução dos objectivos da Cooperativa de Poupança e Crédito, srl. Com efeito, no ano de 2002 foi mantido um contingente funcional de 12 trabalhadores, dentre os quais:

- (i) Oito desempenham funções de carreira técnica;
- (ii) Dois desempenham carreira de apoio;
- (iii) Dois exercem a carreira auxiliar.

O princípio subjacente á gestão de recursos humanos assentou numa maior rotatividade dos trabalhadores pelos postos de trabalho existentes, o que se

enquadra na estratégia de dotá-los de conhecimentos e habilidades mais abrangentes sobre a actividade da instituição.

O desenvolvimento dos recursos humanos é uma outra componente em que a Cooperativa de Poupança e Crédito apostou, como forma de dotar os técnicos de conhecimentos sólidos para enfrentar os desafios que a própria dinâmica do mercado impõe.

Foi priorizada a pesquisa de eventos de formação quer interna, como externamente, para a identificação daqueles que têm um impacto directo no desempenho da instituição.

3. Análise Económica e Financeira do Exercício

O ano de 2002 marca o terceiro exercício efectivo da instituição, após a sua entrada em funcionamento da CPC. Foi um ano de muitos desafios, em que se aprimorou a capitalização dos ganhos conseguidos nos dois últimos exercícios, bem assim a consolidação da posição da Cooperativa no mercado financeiro moçambicano.

3.1. Carteira de Activos e Passivos

a) Aplicações

Em 2002 a carteira total de activos da CPC totalizou 242.5 milhões de contos, o que representa um crescimento de 41.6% em relação ao anterior. Todas as rubricas do activo contribuíram para este comportamento expansionista, havendo a destacar:

- O crescimento do Imobilizado, em 908%, por contrapartida do aumento do Passivo Exigível a Médio e Longo Prazos;
- Aumento do Crédito Concedido em 48.6%, totalizando cerca de 28 milhões de contos;
- Aumento dos Títulos e Participações em 37%, devido a aplicação adicional de 50 milhões de contos em títulos no Mercado Monetário Interbancário;
- Aumento dos Outros Activos em 69%, fixando-se em 1.8 milhões de contos.

b) Origens

O activo foi principalmente financiado por duas fontes de recursos principais, nomeadamente:

- Os passivos de curto e longo prazos, com um fluxo anual de cerca de 50 milhões de contos, resultantes da contratação de recursos do Fundo de Pensões dos Trabalhadores do Banco de Moçambique através de mecanismos de rentabilidade financeira, o que corresponde a um crescimento de 31.4% em relação ao ano anterior;
- Enquanto isso, os Fundos Próprios observaram um fluxo de 21.5 milhões de contos, justificado, basicamente, pelo incremento do Resultado Líquido em 15.7 milhões de contos em relação ao ano anterior, bem assim ao aumento líquido do capital social em 3.8 milhões de contos e reservas na ordem dos 2 milhões de contos.

De recordar que a última Assembleia Geral, realizada aos 5 de Maio de 2002, deliberou a conversão de Resultados Líquidos em capital social, na proporção da então estrutura accionária, da ordem dos 3.8 milhões de contos. Após esta operação, o capital social passou para 7.8 milhões de contos.

Este aumento concorreu para o melhoramento dos rácios prudenciais, permitindo, desta forma, expandir o volume das operações realizadas pela Cooperativa, à luz da regulamentação de supervisão bancária instituída pelo Banco Central.

3.2. Creditos

A actividade creditícia tem sido a principal aposta da Cooperativa, uma vez que é nela onde se consubstanciam os objectivos pelos quais ela foi criada, consistentes na satisfação das necessidades sociais dos seus associados.

Ciente da importância do objecto, em 2002 as taxas de juro das operações creditícias foram mantidas inalteradas, exactamente para não agravar os custos e permitir que os recursos financeiros estejam à disposição dos sócios para as diversas finalidades.

Para além do acima exposto, e para efeitos de minimização de riscos inerentes à actividade, foram introduzidas as seguintes medidas:

- Introdução da obrigatoriedade de Termos de Confissão de Dívida para os sócios cuja fonte principal de rendimentos não está domiciliada na Cooperativa;
- Introdução da obrigatoriedade de os sócios, no acto de contratação do crédito, bem como os anteriores, constituírem o Seguro Vida, até ao saldo do crédito no acto da contratação.

Assim, o saldo da carteira de crédito da CPC em 31 de Dezembro de 2002 totalizava 28 milhões de contos, o que corresponde a um aumento de 9.2 milhões de contos (49% de variação anual de saldos)

3.3. Facilidade Mensal de Liquidez

A Facilidade Mensal de Liquidez, instituída em 2001, visa adiantar numerário para a supressão de necessidades momentâneas de liquidez aos sócios, com critérios flexíveis de análise e decisão e que garante ao requerente a disponibilidade de recursos em tempo real. Em 2002, esta janela creditícia foi extensiva às Cidades da Beira e Nampula.

3.4. Mercado Monetário Interbancário

O aumento do volume de recursos captados possibilitou o aumento das aplicações no mercado monetário interbancário, tanto no segmento de instrumentos de dívida pública, da autoridade monetária como das permutas de liquidez com as outras instituições de crédito autorizadas a operar no referido mercado.

Assim, as aplicações em Bilhetes do Tesouro e Títulos da Autoridade Monetária atingiram um valor cumulativo de 426 milhões de contos, com vencimentos que variaram entre os 28 e 364 dias. Esta cifra representa um incremento de 108 milhões de contos comparativamente a 2001. Os juros recebidos totalizaram 30.,9 milhões de contos, contra 9.5 milhões de contos em 2001.

Em termos de permutas de liquidez com as outras instituições, que regra geral são de curtíssimo prazo, foi possível arrecadar uma receita de cerca de 592 milhões de Meticais, de juros. Em 2001 os juros recebidos totalizaram 3.3 milhões de contos. Esta redução está associada à desaceleração das taxas de juro no Mercado Monetário Interbancário, em 2002, principalmente para este segmento.

3.5. Resultados

Como resultado das operações realizadas ao longo do exercício findo, a margem financeira totalizou 26.6 milhões de contos, o que representa um crescimento de 203% em relação ao ano anterior.

De frisar que em 2001, e numa perspectiva de maior prudência, foi constituída uma provisão de 2 milhões de contos, o que representa cerca de 7% do saldo de crédito do período. Após a dedução dos custos de exploração, os resultados líquidos globais situam-se em 23.4 milhões de contos, o que representa um crescimento de cerca de 204%, relativamente ao anterior exercício.

3.6. Alguns Indicadores de Gestão

Em 2002 a Cooperativa continuou a capitalizar a sua posição financeira, que vem sendo fortificada desde o início das suas actividades. Com efeito:

A margem financeira antes dos impostos tiveram um crescimento de 89.5%, o que, comparativamente à obtida no exercício anterior, reflecte uma notável aceleração;

O rácio de solvabilidade, medido como a percentagem dos Fundos Próprios nos Activos Totais teve uma aceleração de 6.7 pontos percentuais em relação ao ano anterior, ao se situar em 14.1%;

A rentabilidade dos Activos Totais também duplicou, ao passar de 4.5% em 2001 para 9.7% em 2002, o que se justifica pelo aumento dos lucros totais numa percentagem muito superior ao aumento dos Activos Totais;

A rentabilidade dos fundos próprios também observaram um aumento de 60.8 pontos percentuais, situando-se em 215.8% em 2002;

O crédito vencido como percentagem da carteira de crédito foi de 0.3%, equivalente a um aumento de 0.2 pontos percentuais.

Quadro 1. Alguns Indicadores de Gestão

Rúbricas	2.001	2.002	Variação
Margem financeira antes de impostos	14.023	26.569	89,5%
Racio de Solvabilidade (FP/ACTIVOS)	7,5%	14,1%	6,7%
Rendibilidades dos Activos	4,5%	9,7%	5,1%
Rendibilidades dos Fundos Próprios (FP/PASSIVO)	155,1%	215,8%	60,8%
Crédito Vencido/Crédito Total	0,1%	0,3%	0,2%

3.7. Aplicação dos Resultados

A aplicação de resultados aprovada pela Assembleia Geral é a seguinte

Reserva legal	1,754,927,634.81 Mt
Outras Reservas	659,865,132.95 Mt
Reserva para Prémio de Desempenho aos Colaboradores	459,642,363.10 Mt
Aumento do Capital Social	15,524,600,000.00 Mt
Lucro por Distribuir	5,000,000,000.00 Mt
Total	23,399,035,130.86 Mt

4. Políticas Contabilísticas

4.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas de acordo com as políticas contabilísticas descritas na nota 2 . A informação das demonstrações financeiras foi extraída dos registos contabilísticos da Cooperativa, as quais são elaboradas de acordo com as disposições do plano de contas do sistema bancário de toda a legislação do sector financeiro, sob supervisão do Banco de Moçambique.

4.2. Critérios contabilísticos

As demonstrações financeiras da Cooperativa foram elaboradas com base no princípio do custo histórico sem quaisquer ajustamentos subsequentes para reflectir o impacto de mudanças de preços específicos ou a evolução do nível geral de preços.

4.3. Reconhecimento dos proveitos e custos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitem, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

4.4. Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadas ao câmbio da data de operação. Os ganhos ou perdas cambiais são reconhecidos em proveitos ou custos no exercício em que ocorrem.

Os activos e passivos em moeda estrangeira são convertidos no final do ano às taxas de câmbio publicadas pelo Banco de Moçambique, ao abrigo do Aviso 17/GGBM/97 de 30 de Setembro.

4.5. Provisões para riscos gerais de crédito

Destina-se a cobrir riscos potenciais existentes na carteira de crédito concedido. Esta provisão genérica é também constituída conforme as instruções do Aviso nº 5/GGBM/94 do Banco de Moçambique, que estabelece uma percentagem mínima de 2% sobre o total da carteira, excluindo ainda provisão para eventuais créditos vencidos.

4.6. Provisão para contribuição industrial

Não foram criadas provisões para contribuição industrial, uma vez que os proveitos de aplicações no MMI (compra de bilhetes de tesouro) estão isentos de pagamento de contribuição industrial de acordo com a legislação em vigor, e assim sendo, o lucro tributável seria de - 33.075.444,85 mts.

4.7. Amortizações

As amortizações dos activos imobilizados são calculadas segundo o critério de quotas constantes, às taxas máximas anuais permitidas para efeitos fiscais, de acordo com os seguintes períodos que não diferem substancialmente da vida útil estimada:

Mobiliário e material	10 anos
Máquinas de escritório	7 anos
Outro Imobilizado	12 anos
Encargos plurianuais	3 anos

4.8. Pensão de reforma

Os trabalhadores da CPC, SCRL, encontram-se inscritos no Instituto Nacional de Segurança Social. A Cooperativa e os trabalhadores participam para o INSS em 4% e 3%, respectivamente, de acordo com as disposições legais sobre a matéria.

5. Desenvolvimentos Recentes e Perspectivas

Desde a entrada em funcionamento, a Cooperativa de Poupança e Crédito sempre procurou proporcionar aos seus sócios um pacote de serviços bancários, à altura das exigências actuais do mercado.

Um desses serviços se relaciona com um sistema de pagamentos automático, vulgo ATM's. Foi assim que, desde o início foram encetadas negociações com os nossos parceiros tendo em vista a possibilidade de utilização dessas máquinas, facto que demorou devido a constrangimentos que transcendem à própria Cooperativa.

Com a entrada da Interbancos em Moçambique, no ano de 2002, a Cooperativa fez uma série de diligências, que culminaram com a adesão aos serviços oferecidos por esta instituição. É neste contexto que durante o I trimestre de 2003, os sócios passaram a dispôr de cartões de débitos, e beneficiam-se de serviços bancários num universo de cinco instituições bancárias. Tais serviços consistem em:

- (i) Levantamento de numerário vinte e quatro horas por dia;
- (ii) Pagamento de facturas de Eletricidade;
- (iii) Carregamento Giro;
- (iv) Transferências bancárias, entre outros.

A gestão destes serviços exigirá a multiplicação de esforços por parte dos trabalhadores da CPC, pelo que será necessário o aumento do contingente pessoal, dos actuais 11 para 14 trabalhadores.

Por outro lado, e com necessidade de garantir os serviços de ATM's de qualidade à altura dos actuais padrões de mercado, serão instaladas essas máquinas nas Cidades de Maputo, Matola Beira e Nampula, em postos devidamente identificados. Neste momento está instalada uma máquina para testes na sede da CPC.

Ainda que numa fase embrionária, a CPC está a negociar com os seus parceiros, a possibilidade desta instituição emitir cartões VISA, produto este muito importante para as transacções quer internas como fora do país.

Devido às crescentes solicitações dos sócios para a realização de capital social incremental, resultado da confiança que os mesmos depositam na instituição, fruto do desempenho mostrado nos primeiros anos de exercício, somos de propôr o aumento de capital social, em montantes a ser determinados pela Assembleia Geral

Aliás, o aumento de capital social por via de entrada de *Dinheiro Fresco*, aumentaria a solidez financeira da CPC, contribuindo, deste modo para a expansão dos negócios.

Maputo, Maio de 2003